

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 29 de outubro de 2009.

Edição nº 309

Nesta edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Súmulas de contrato e convênios.....2

Editais.....3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....3



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de outubro de 2009.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 309

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROCESSO Nº 11313-09.00/09.3

CONTRATADA: ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO; **OBJETO:** aquisição de vagas em cursos, destinadas a membros e servidores do MP; **VALOR:** R\$ 5.464,00; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, "caput", Lei Federal 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 27/10/2009, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de outubro de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROCESSO CO.20286

CONTRATADA: RCC SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.; **OBJETO:** recarga do sistema de combate a incêndio do data center com gás Ecaro-25; **VALOR:** R\$ 22.500,00; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 24, inc. IV, Lei Federal 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 26/10/2009, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de outubro de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE CAËS DE GUARDA E INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ALARME MONITORADO PROCESSO Nº 162-09.00/09-0

CONTRATADA: JOSÉ RINALDO DE DEUS (Companhia do Cão); **OBJETO:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato AJDG nº 25/09, por mais 05 (cinco) meses, a contar de 17 de outubro de 2009; **VALOR MENSAL:** R\$ 670,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.37, Rubrica 3702; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 57, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de outubro de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO.20269

CONTRATADA: EDIÇÕES CIÊNCIA JURÍDICA LTDA.; **OBJETO:** renovação da assinatura da Revista Ciência Jurídica para o ano de 2010; **VALOR TOTAL:** R\$ 1.580,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420; Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inc. I, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 28/10/2009, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Delmar Pacheco da Luz.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de outubro de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO.20243

CONTRATADA: VETOR EDITORA PSICO-PEDAGÓGICA LTDA.; **OBJETO:** aquisição de 09 (nove) conjuntos de 25 (vinte e cinco) licenças do crivo eletrônico do NEO-PI-R; **VALOR TOTAL:** R\$ 675,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420; Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.30/3014; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inc. I, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 28/10/2009, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Delmar Pacheco da Luz.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de outubro de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA PROCESSO Nº 10897-09.00/08-4 TOMADA DE PREÇOS Nº 13/08

CONTRATADA: MW ENGENHARIA LTDA.; **OBJETO:** retificar o desdobramento do pagamento correspondente à última parcela do cronograma físico-financeiro em 03 (três) parcelas, e não como consta na Cláusula Terceira do 2º Termo Aditivo, firmado em 24 de setembro de 2009; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 57, § 1º, inc. IV, e 65, §1º, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de outubro de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.



SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO.20282

CONTRATADA: ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A; **OBJETO:** renovação da assinatura anual da Consultoria por escrito em Direito Administrativo (até 06 consultas), da Consultoria por escrito em Licitações e Contratos (até 18 consultas) e da WEB Licitações e Contratos; **VALOR TOTAL:** R\$ 6.997,50; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420; Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inc. I, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 28/10/2009, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Delmar Pacheco da Luz.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de outubro de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

EDITAL Nº 410/2009 Resultado do Edital nº 397/2009 REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.00882/2009-4, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>) o resultado da remoção referente ao Edital nº 397/2009.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 29 de outubro de 2009.

DELMAR PACHECO DA LUZ,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL Nº 411/2009 REMOÇÃO DE SECRETÁRIO DE DILIGÊNCIAS

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento nº 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 29 de outubro de 2009.

DELMAR PACHECO DA LUZ,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 48/2009

COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil nº 12/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Rudimar Tonini Soares, da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado, com a finalidade de apurar Gestão de verbas federais destinadas à Merenda Escolar, de Município.

2) Inquérito Civil nº 18/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Daniela Sudbrack Gaspar Raiser, da Promotoria de Justiça de Agudo, objetivando apurar possível ato de negligência no uso do poder de polícia por parte de Município.

3) Inquérito Civil nº 31/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, com a finalidade de apurar irregularidades quanto à alteração de lotação de servidores, em Município.

4) Inquérito Civil nº 149/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, com a finalidade de apurar eventual deficiência na identificação dos pacientes que são internados em Hospital de Município, viabilizando a ocorrência de fraudes, em especial, quanto ao sistema de sistema de preenchimento de Declaração de Nascido Vivo – DNV.

5) Inquérito Civil nº 39/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Luziharín Carolina Tramontina, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus,

com a finalidade de apurar pagamento indevido a servidores (por convocação, horas extraordinárias, gratificação), pagamento de subsídios a secretários municipais acima do limite legal, contratação da COOMTAU para prestação de serviços em diversas áreas com ineficiência de controle e sobrepreço, por parte de Município.

6) Inquérito Civil nº 14/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcos Eduardo Rauber, da Promotoria de Justiça de Panambi,

com a finalidade de apurar possível contratação e/ou convocação irregular de professores de educação infantil e séries iniciais na rede pública de ensino em Município.

7) Inquérito Civil nº 15/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa, com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa consistente em violação ao artigo 45, caput, da Lei de Responsabilidade Fiscal pela paralisação injustificada das obras do ginásio de Colégio, em Município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de outubro de 2009.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais